



**ATA DA REUNIÃO Nº 13 DA  
CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO SOCIAL  
DO CONSELHO DA CIDADE  
3 de fevereiro de 2011**

1 No terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e onze reuniu-se a Câmara Comunitária de  
2 Promoção Social do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Conselho da Cidade,  
3 para a reunião número treze, em caráter ordinário, na Sala de Reuniões da Fundação IPPUJ,  
4 Avenida Hermann August Lepper, nº 10, no bairro Saguazu em Joinville, Santa Catarina, das  
5 oito às dez horas, conforme convocação do coordenador Rogélio Paulino Luetke e do Presidente  
6 do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Leitura  
7 do Edital de Convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; c) Discussão e  
8 aprovação do calendário de reuniões 2011; d) Outorga Onerosa do Direito de Construir; e)  
9 Assuntos Gerais. O coordenador leu o edital de convocação e, após ter sido dispensada a leitura  
10 da ata da reunião anterior, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Os  
11 conselheiros aprovaram as datas de reunião propostas para o ano de dois mil e onze. O  
12 conselheiro Silvestre solicitou espaço para apresentar, na próxima reunião, em março de dois mil  
13 e onze, as ações de extensão cultural realizadas pela Fundação Cultural de Joinville, FCJ, o que  
14 foi aceito pelos conselheiros presentes. Os conselheiros discutiram sobre as reuniões  
15 ampliadas, com maior participação da sociedade, e decidiram realizá-las no dia das reuniões  
16 ordinárias de cinco de maio e seis de outubro de dois mil e onze, em substituição às mesmas, no  
17 horário das dezenove às vinte e uma horas. Quanto ao local, o conselheiro Silvestre Ferreira se  
18 comprometeu em conseguir uma sala no Centro de Convenções Alfredo Salfer, Centreventos  
19 Cau Hansen. Os assuntos dessas reuniões serão definidos posteriormente. A conselheira  
20 Rosinete solicitou que a Secretaria Executiva encaminhe, no tempo devido, o material de  
21 divulgação dos eventos para todos os membros do Conselho da Cidade. O coordenador Rogélio  
22 e a conselheira Claudia Gabardo se comprometeram em ajudar na criação dos *folders* e em  
23 fornecer as cópias do material de apoio. Em seguida os conselheiros passaram à discussão da  
24 Outorga Onerosa do Direito de Construir. O arquiteto Gilberto Lessa dos Santos, da Fundação  
25 Ippuj, passou a apresentar o tema, explicando que a ideia desse projeto de lei é permitir a  
26 construção de mais pavimentos, de forma controlada, nas Zonas Central Tradicional e Central  
27 Expandida, com uma contrapartida que possibilitaria ao Poder Público investir em melhorias de  
28 infraestrutura. Após a nova Lei de Ordenamento Territorial, a Outorga Onerosa poderá ser  
29 ampliada para outras áreas da cidade. Gilberto explicou que esta lei mantém o potencial  
30 construtivo, que é de seis vezes a área do terreno. A conselheira Rosinete Ferreira Neto  
31 perguntou sobre a questão dos terrenos não ocupados devido à especulação imobiliária, e  
32 Gilberto explicou que isso será tratado com a regulamentação da Lei de Indução de  
33 Desenvolvimento Sustentável (onde entra o IPTU progressivo), e de Promoção de  
34 Desenvolvimento Sustentável. A lei da Outorga Onerosa só altera o gabarito, e não modifica  
35 índices urbanísticos. O gabarito não será limitado, mas será necessário o Estudo de Impacto de  
36 Vizinhança, EIV, e continuará o controle de recuo progressivo. Assim, um prédio grande só  
37 poderá ser construído num terreno grande, e o EIV cuidará das questões de sombreamento,  
38 mobilidade e Patrimônio Histórico, por exemplo. O conselheiro Silvestre comentou que a FCJ  
39 tem mecanismos para receber o ajuste de conduta, através do Fundo Municipal de Cultura. O  
40 conselheiro Lenin Peña citou o Plano Diretor, e Gilberto explicou que este prevê o instrumento  
41 de Outorga Onerosa para toda a cidade, mas que no momento só é possível aplicá-la nas zonas  
42 centrais, pois a lei atual não permite além disso. O conselheiro Silvestre disse que o recurso vai  
43 para o Fundo da Conurb, e não ficará em uma “vala comum”. Para usá-lo, é necessário ter  
44 projeto, é tudo publicado, muito controlado e especificado, e sugeriu que a lei deixe uma parcela  
45 desse recurso para o Fundo de Cultura. Lenin Peña disse que falta citar vinculação com a lei, e  
46 Silvestre disse que é sempre bom que uma lei remeta à outra. Lenin disse que o Conselho da  
47 Cidade deve aprovar a política de aplicação desses recursos, e ressaltou que nenhuma cidade  
48 inteligente tem prédios muito alto pois, a distribuição espacial nos bairros é mais coerente com o  
49 humanismo. Gilberto lembrou que o EIV trata do conforto, e amarra o projeto à qualidade de  
50 vida. Disse que é importante que essa Câmara dê sua opinião quanto ao gabarito ser livre ou  
51 pré-definido. Gilberto falou que o Código Florestal liberava a construção em cima de rios, mas  
52 não libera mais. Rosinete falou que cidades saudáveis têm ventilação, verde e sol, e Gilberto  
53 falou que o recuo progressivo é o critério para isso. Disse que é importante discutir se a lei



54 vigente é boa ou não, se deve ou não ser alterada. Disse que o EIV está em fase de aprovação  
55 na Câmara de Vereadores, e prevê audiências públicas, a sociedade será chamada para opinar.  
56 O conselheiro Carlos Alberto Lessa comentou que o EIV é “a única salvação”, e perguntou quem  
57 é responsável por chamar essas audiências públicas, e Gilberto responde que é o  
58 empreendedor, e ressaltou que uma audiência pública é para ouvir a comunidade e subsidia  
59 decisões, mas não tem caráter deliberativo. Carlos Alberto perguntou se a comunidade pode  
60 entrar com ação no Ministério Público para embargar alguma obra, e Gilberto respondeu que  
61 sim, e ressaltou que uma audiência serve também para adequação do entendimento. Carlos  
62 Alberto disse que nossa cidade ainda é bonita, pois não tem muitos prédios, mas que temos que  
63 cuidar para que não fique como Camboriú, em que os prédios acabaram com a praia, pois os  
64 empreendedores não estão preocupados com a qualidade de vida. Disse que nos bairros estão  
65 construindo prédios com quatro andares, e as casas ao lado não pegam mais sol, e perguntou  
66 como o Poder Público está administrando essa questão. Gilberto disse que seria bom se só  
67 tivéssemos casas, mas há a questão da densidade, e uma cidade só com casas fica muito cara,  
68 e vai se espalhar e interferir mais no meio ambiente. Carlos Alberto disse que o adensamento  
69 deveria começar pelas áreas centrais não ocupadas, e que temos que cuidar para não criar  
70 paredões. Gilberto explicou que a lei atual permite a construção de seis andares em toda  
71 extensão de alguns bairros, e essa é uma questão polêmica, que deve ser discutida, pois baixar  
72 o potencial construtivo é complicado. Lenin Peña disse que sempre discutimos os problemas da  
73 forma errada, pois o que precisamos é discutir com a comunidade que tipo de vida querem ter,  
74 como querem viver, e levar em conta a sustentabilidade. Esses princípios devem estar presentes  
75 em todas as discussões, e a Câmara de Promoção Social tem que pensar sobre a vida ideal do  
76 joinvilense. O coordenador Rogélio lembrou que isso começa na educação. É uma questão  
77 cultural, e a criança deve aprender a pensar dessa forma. Lenin Peña reforçou que a educação  
78 não deve ser só para a criança, mas também para o adulto, ou seja, a educação permanente.  
79 Viviani disse que a educação precisa inculcar o que realmente é importante. Falou também sobre  
80 a reutilização da água da chuva, sobre a importância de deixar área permeável no terreno, e  
81 sobre a necessidade de uma fiscalização rigorosa para a manutenção dessa permeabilidade.  
82 Gilberto Lessa comentou que houve sugestão de se implantar multa no caso de  
83 descumprimento, e Silvestre Ferreira falou que deve ser criado um mecanismo eficiente para  
84 fechar essa questão. Gilberto comentou também que em Curitiba há um sistema de controle de  
85 permeabilidade, e que no caso de Joinville talvez fosse até melhor verticalizar para conseguir  
86 maior permeabilidade. Carlos Alberto Lessa disse que temos que cuidar muito com a  
87 verticalização, pois há o problema do acesso, e citou o caos da Dona Francisca próximo à  
88 Döhler, em uma via de alto tráfego que não tem outra saída. Em sua opinião, o asfalto deveria  
89 ser usado somente nas vias de alto tráfego, e as laterais deveriam ser revestidas com  
90 paralelepípedos ou lajotas, que permitem a permeabilidade. Temos que amadurecer essas  
91 ideias. Silvestre Ferreira comentou que Joinville é carente de orientações sobre drenagem, e  
92 uma drenagem bem feita pode evitar desmoronamentos. Lenin lembrou que as condicionantes  
93 técnicas e científicas, como permeabilidade, sistema de esgoto e calçadas, por exemplo, devem  
94 embasar qualquer política de adensamento ou verticalização. Sobre o asfalto que é colocado  
95 sobre ruas com paralelepípedo, Viviani é de opinião que as pedras deveriam ser reutilizadas  
96 para pavimentar outras ruas. Lenin Peña falou que as camadas de asfalto são irrisórias e  
97 traduzem falta de honestidade, e perguntou se na licitação não consta a espessura mínima do  
98 asfalto. Viviani lembrou o caso do Morro do Boa Vista, em que a empresa contratada para  
99 pavimentar utilizou material de qualidade inferior ao exigido, e a obra foi embargada. A  
100 conselheira Rosinete comentou que as pessoas preferem utilizar asfalto porque sua manutenção  
101 é mais rápida (é só chamar o tapa-buracos), e não há manutenção para as ruas com lajotas ou  
102 paralelepípedos. Gilberto lembrou que o asfalto também tem uma vida útil, e deve  
103 periodicamente receber nova camada de cobertura. Lenin Peña sugeriu encaminhar um  
104 documento ao Conselho Consultivo e Deliberativo, CCD, às Câmaras Setoriais, diversas  
105 organizações joinvilenses, imprensa etc. sobre a importância de que as comunidades pensem no  
106 “como” querem viver Joinville, a preocupação social e humana de pensar a cidade; ele se  
107 prontificou em ajudar a formular esse documento. O conselheiro Carlos Alberto perguntou sobre  
108 a área rural, e Gilberto disse que se pretende ter condomínios de baixa densidade nessas áreas,  
109 e que deve haver planejamento para evitar novas invasões. As áreas de preservação  
110 permanente, contudo, não podem ser ocupadas. Carlos Alberto perguntou o que é feito para  
111 impedir a ocupação das áreas de alagamento, já que estas estão mapeadas, e Gilberto



112 respondeu que a Lei de Parcelamento do Solo não permite construir nas áreas alagáveis. Carlos  
113 Alberto falou sobre a ferrovia e lembrou que a Ufsc será instalada no terreno que é ambiente  
114 natural de preservação da água do Rio Piraí, e é crime aterrar o banhado. Viviani sugeriu alterar  
115 a palavra “aprovado” no Conselho por “consultado”, no artigo sexto do projeto de lei da Outorga  
116 Onerosa, mas os conselheiros consideraram melhor deixar como está. Os conselheiros  
117 consideraram melhor discutir com mais profundidade, em outra reunião, a questão da destinação  
118 dos recursos da Outorga Onerosa, e Silvestre solicitou que seja incluído no texto da lei a  
119 possibilidade de que o Fundo Municipal de Cultura seja contemplado. Ao final da palestra o  
120 coordenador agradeceu a participação do arquiteto Gilberto Lessa dos Santos, e os conselheiros  
121 passaram aos assuntos gerais. A conselheira Rosinete disse que as cheias mostraram que a  
122 Agenda 21 não está sendo cumprida, e que a Fundema “não fez seu dever de casa”. Falou que  
123 haverá uma oficina, promovida pela Prefeitura e pelo Consórcio Ecológico, para avaliar o  
124 conteúdo do Plano de Educação Ambiental nas entidades, a partir da formulação do plano de  
125 ação. A discussão permitirá identificar possíveis parcerias para fomentar e expandir a dimensão  
126 das ações, além de integrar e otimizar as ações de educação ambiental existentes no município,  
127 divididas em dois setores: a educação formal, de responsabilidade da Secretaria de Educação, e  
128 a educação não formal, de responsabilidade da Fundema. Rosinete solicitou uma orientação  
129 técnica e tática desta Câmara, e disse que esse fórum deve produzir encaminhamentos. Falou  
130 que, às vezes, comissões têm mais poder de decisão do que o CCD, e em sua opinião deve  
131 haver uma integração entre elas e o CCD. A conselheira Rosinete ficou responsável em  
132 encaminhar o resultado dessa oficina para a Secretaria Executiva, para que seja enviado aos  
133 membros da Câmara de Promoção Social. Sobre as cheias e invasões e deslizamentos, o  
134 conselheiro Silvestre disse que temos que assumir a responsabilidade pelo que aconteceu  
135 nesses dois anos de governo, mas que não foi nesse período que as invasões aconteceram. O  
136 prefeito deve retirar as pessoas das áreas de risco mesmo que seja contra a vontade dessas  
137 pessoas, e seja criticado por isso. Lenin Peña disse que Agenda 21 nunca foi cumprida, e a de  
138 Joinville tem suas falhas, condicionada a interesses particulares. Disse que há manifestações na  
139 imprensa com falhas técnicas e científicas, inclusive éticas e morais, e não podemos ser  
140 orientados por elas. Lenin citou também a Carta da Terra, e ficou responsável em elaborar um  
141 documento sobre “a cidade que queremos” e encaminhar por *e-mail* para análise dos  
142 conselheiros desta Câmara. Lenin disse ser importante fazer chegar esse documento à  
143 Prefeitura e a todos os setores ligados a enchentes. Disse que o Instituto Nacional de Pesquisas  
144 Espaciais, Inpe, documentou por satélite as áreas alagáveis de Santa Catarina, e parabenizou a  
145 ação da Defesa Civil, que foi rápida, eficaz e dinâmica. Sugeriu encaminhar carta de elogio à  
146 Defesa Civil, à imprensa, aos jipeiros e à Central de Arrecadação, e o conselheiro Silvestre ficou  
147 responsável pela elaboração do texto. Lenin Peña falou que encaminhou a sugestão de  
148 implantação do cartão magnético para a Presidente do País, e que as pessoas do Ministério da  
149 Saúde disseram ser muito difícil e custoso implantar essa ideia em todo o território nacional, mas  
150 apoiarão Joinville num projeto piloto. Lenin entregou um texto sobre o assunto e solicitou que  
151 seja encaminhado a todo o Conselho da Cidade. Sem mais a tratar, às dez horas o coordenador  
152 Rogélio deu por encerrada a reunião. Ficam registradas as justificativas de ausência dos  
153 conselheiros Eduardo Miers e Juliana Rocha de Alcântara. Eu, Patrícia Rathunde Santos,  
154 Secretária Executiva do Conselho da Cidade, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo  
155 coordenador, por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, três de fevereiro de dois mil e  
156 onze.

Rogélio Paulino Luetke  
Coordenador da Câmara Comunitária  
de Promoção Social do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos  
Secretária Executiva do Conselho da Cidade



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.